

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BLUEBANK S.A. - EM MILHARES DE REAIS									
						31/12/2024	31/12/2023		
Efeitos das diferenças temporárias						(402.403)	27.791		Exercícios findos em
Provisão para créditos de liquidação duvidosa						20.525	23.572		31/12/2024
Provisões						1.832	1.035		31/12/2023
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos						(449.760)	3.184		(3.175)
Outras provisões						25.000	—		(1.556)
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - CSLL						(52.501)	(94.079)		(892)
Base antes do aproveitamento do prejuízo fiscal - IRPJ						(52.501)	(94.079)		(42.777)
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - CSLL						(52.501)	(94.079)		(3.537)
Base fiscal após aproveitamento de prejuízo fiscal - IRPJ						(52.501)	(94.079)		(23.394)
Impostos diferidos constituídos sob diferenças temporárias						(181.081)	12.506		(75.679)
(=) Imposto de renda e contribuição social do exercício						(181.081)	12.506		
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL (2)						43.696	—		
(=) Imposto de renda e contribuição social total reconhecida no exercício						(137.385)	12.506		
⁽¹⁾ Refere-se a ajuste para correção de erro na apresentação de rubricas contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo elas: i) outros ativos, ii) Intangível, iii) depreciação e amortização acumulada e iv) prejuízos acumulados.									
⁽²⁾ O incremento de saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, ocorreu em virtude da revisão das premissas do estudo de realização de crédito tributário.									
(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos									
						31/12/2024	31/12/2023		
Saldo inicial em 1º de janeiro						16.984	4.479		
Movimentação									
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito						9.236	10.607		
Provisão para contingências						12.074	482		
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos						(2.830)	1.415		
Constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (1)						43.697	—		
Saldo Final						79.161	16.984		
Percentual sobre o patrimônio líquido						33,74%	64,34%		
Obrigações fiscais diferidas									
(Ajuste ao valor de mercado)						(199.562)	—		
(1) O incremento de saldo de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, ocorreu em virtude da revisão das premissas do estudo de realização de crédito tributário.									
(c) Previsão de realização do crédito tributário diferido									
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito									
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos									
Contingências e outros									
Prejuízo Fiscal e Base Negativa									
Total									
O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, aprovado pela Diretoria em 31 de março de 2025, foi elaborado com base nos cenários atual e futuro, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e a realização de ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. As premissas do estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, elaborado nos termos da Resolução CMN nº 4.842 foram revistas devido a importantes alterações no cenário econômico, com impactos relevantes no segmento de atuação do Bluebank, incluindo os eventuais eventos futuros descritos na nota 1(a) - Reorganização Societária. A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24. A Instituição não contabilizou o montante de R\$118.775, relativos aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa durante o exercício de 2024.									
(d) Valor presente dos créditos tributários: O Banco fundamenta o estudo técnico, aprovado pela diretoria, que considera expectativa de rentabilidade e de geração de obrigações tributárias futuras, estima a realização dos créditos tributários em um prazo máximo de quatro anos. O valor presente dos créditos tributários, descontado pelo custo médio de captação ponderado pela expectativa de juros futuros do mercado em 31 de dezembro de 2024, totaliza R\$50.364 (R\$15.103 em 31 de dezembro de 2023).									
11 Provisões para contingências: (a) Trabalhistas e cíveis: As provisões trabalhistas e cíveis referem-se a contingências classificadas com risco provável. A movimentação destas no período pode ser assim resumida:									
							31/12/2024	31/12/2023	
Saldo inicial						Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Constituição Provisão						289	—	289	318
Reversão Provisão						1.185	32	1.217	186
Pagamento						2	(5)	(3)	(26)
Saldo final						1.365	27	1.392	289
Depósitos em garantia de recursos em 31 de dezembro						399	15	414	241
(b) Fiscais								31/12/2024	31/12/2023
Contestação judicial de tributos								16.045	15.338
Outras contingências fiscais								270	248
								16.315	15.586
								16.315	15.586
Não Circulante									
A movimentação no exercício pode ser assim resumida:									
							31/12/2024	31/12/2023	
Saldo inicial em 1º de janeiro							15.586	14.531	
Atualização/encargos							729	1.055	
Saldo no final do exercício							16.315	15.586	
Depósitos em garantia de recursos							42.865	40.007	
12 Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes prováveis: Não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos relevantes classificados como prováveis de realização. (b) Passivos contingentes possíveis - trabalhistas e cíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco, e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos e, conforme legislação, não requerem a constituição de provisões. A Instituição é parte dos seguintes processos com risco de perda possível: • Processos trabalhistas: Existem processos trabalhistas cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$6.851 (R\$6.189 em 31 de dezembro 2023). • Processos cíveis: Os processos, em sua maioria, referem-se a indenizações por danos morais, questões sobre protesto de duplicatas endossadas ao Banco por terceiros, legitimidade de contrato e revisão contratual. Foram levados em conta para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, apenas os valores dados às causas, que para os processos classificados como possíveis equivalem ao montante de R\$388 (R\$393 em 31 de dezembro de 2023). (c) Passivos contingentes possíveis - fiscais: As contingências fiscais de perda possível e não reconhecidas totalizam R\$57.198 (R\$54.641 em 31 de dezembro de 2023), e as principais ações estão descritas a seguir: • Questionamento relativo à base de cálculo de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$43.271 (R\$41.324 em 31 de dezembro 2023) e do PIS e COFINS R\$13.927 (R\$13.317 em 31 de dezembro 2023).									
13 Outros passivos:									
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados						31/12/2024	31/12/2023		
Sociais e estatutárias						73	—		
Impostos e contribuições a recolher						25.000	—		
Pagamentos a efetuar						873	901		
Diversos						2.256	2.653		
						178	182		
						28.380	3.736		
Circulante						28.380	3.736		
14 Patrimônio líquido: (a) Capital social: (i) Capital subscrito e integralizado: O capital social, no valor de R\$323.188 (R\$323.188 em 31 de dezembro de 2023), encontra-se totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País e é representado por 55.347.938 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (55.347.938 ações ordinárias nominativas sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023). (b) Reservas de lucros: O Estatuto Social do Banco, prevê a destinação do lucro líquido anual para as seguintes reservas: (a) Reserva para Equalização de Dividendos com a finalidade de garantir recursos para pagamento de remuneração ao acionista; e (b) Reserva para Reforço do Capital de Giro para garantir meios financeiros para a operação do Banco. (c) Dividendos e remuneração do capital próprio: O Estatuto Social do Banco, prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro ajustado após a dedução dos prejuízos acumulados na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio.									
15 Detalhamento das contas de resultado:									
a. Receitas da intermediação financeira									
Operações de crédito									
Empréstimos									
Descontos Concedidos									
Adiantamento a depositantes									
Resultado de títulos e valores mobiliários									
Aplicações interfinanceiras de liquidez									
Títulos de renda fixa									
Títulos de renda variável									
Ajuste ao valor de mercado - TVM									
Resultado com instrumentos financeiros derivativos									
Futuros									
b. Despesas de captação no mercado aberto									
Depósitos interfinanceiros									
Depósitos a prazo									
Letras de crédito imobiliário									
Operações compromissadas									
c. Receitas de prestação de serviços									
Renda de cobrança									
Rendas de tarifas									
Rendas de outros serviços (1)									
(1) Rendas referentes a parcerias com cliente:									
d. Despesas de pessoal									
Proventos									
Honorários									
Treinamentos									
Benefícios									
Encargos sociais									
Estagiários									
e. Outras despesas administrativas									
Aluguéis									
Comunicações									
Processamento de dados									
Seguros									
Serviços do sistema financeiro									

Serviços de terceiros
Serviços técnicos especializados
Amortização e baixa de projetos encerrados (1)
Outras

(1) Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada baixa em função de descontinuidade de alguns projetos que estavam em andamento
f. Outras receitas operacionais

Atualização monetária sobre depósitos judiciais
Reversão de Provisão
Outras receitas operacionais
g. Outras despesas operacionais

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO BLUEBANK S.A. - EM MILHARES DE REAIS

(tanto positivas quanto negativas); e • Análise de Sensibilidade. **(c) Risco de liquidez:** Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução BACEN nº 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Banco possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Banco, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução BACEN nº 4.557/17. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez. **(d) Risco operacional:** Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua. Conforme definido na Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, risco operacional relaciona-se à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, pessoas e/ou eventos externos ao Banco. **(e) Gestão de capital:** O gerenciamento de capital é uma das atividades mais importantes do Banco e o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional são fundamentais para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital. De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: • Monitoramento e controle de capital disponível;

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas do Banco Bluebank S.A. (anteriormente denominado como Banco Letsbank S.A.) - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bluebank S.A. (anteriormente denominado como Banco Letsbank S.A.) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bluebank S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o evento subsequente descrito na nota explicativa nº 21(a) às demonstrações financeiras referente a celebração de contrato de compra e venda das ações da JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("JK031"), única acionista do Banco Bluebank S.A., para a Banvox Holding Financeira S.A. em 26 de setembro de 2024. Em 20 de fevereiro de 2025 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), restando pendente a aprovação do Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. **Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de março de 2024, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

• Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; • Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O processo de gestão eficiente do capital contempla a otimização do uso de capital e o alinhamento com a estratégia de negócio do Banco e ao seu apetite de risco. O controle societário da Instituição foi adquirido pelo Banco Master S.A. em 14 de março de 2024, sendo que a aprovação da transferência de controle foi efetivamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, em 05 de abril de 2024. A partir de tal aprovação, o Bluebank tornou-se controlada do Banco Master S.A., a instituição líder do conglomerado prudencial ("Conglomerado Prudencial"), nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21. A partir dessa data, todos os riscos a que a Instituição está exposta são também gerenciados e reportados pela instituição líder do conglomerado prudencial, Banco Master S.A. (<https://www.bancomaster.com.br/ri/informacoes-financeiras>).

21 Eventos Subsequentes: (a) Reorganização Societária: Em 26 de setembro de 2024, a Banvox Holding Financeira S.A. e o acionista da JK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("JK031"), única acionista do Banco Bluebank S.A., assinaram um acordo para a venda da totalidade das ações da JK 031 para a Banvox Holding Financeira S.A. em 20 de fevereiro de 2025, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações da JK 031 Empreendimento e Participações S.A. pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Aguardando aprovação pelo Banco Central do Brasil. **(b)** Em 20 de janeiro de 2025, a assembleia geral extraordinária aprovou a alteração da razão social de "Banco Letsbank S.A." para "Banco Bluebank S.A.", essa alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 27 de fevereiro de 2025.

CONTADORA - RENATA LEME BORGES DOS SANTOS - CRC SP 241045/O-0

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador - CRC 1SP294326/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>